

Sociedade contemporânea: a vida cristã como fator de sustentabilidade

Contemporary society: Christian life as a factor of sustainability

Sociedad contemporánea: la vida cristiana como factor de sostenibilidad

Marcelo Pereira Marujo¹

Artur Parreira²

Resumo

O artigo coloca a questão da conformidade dos princípios e valores cristãos aos padrões de sustentabilidade (ODS, 2015; LS, 2015), colocando em relevo as várias dimensões do construto e os critérios de ação mais importantes. Tem como eixo propulsor, primeiro, a ideia bíblica de que "Deus criou o homem à sua imagem" (Gn 1,27) - e esta informação coloca a nossa espécie como leitora e, quem sabe, interventora no universo inteiro; e depois o mandamento novo – “amai-vos como eu vos amei” – como a raiz de uma qualidade de vida completa e, portanto, sustentável. Partindo destas duas mensagens, explorou-se,

¹Pós-Doutorado em Teologia - Vida Cristã, Sustentabilidade e Inovação – pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio. Pós-Doutorado em Educação - Gestão, Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental – pela Universidade Federal Fluminense - UFF. Doutor em Educação e Sustentabilidade pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Mestre em Educação pela UFRN. MBA em Gestão com Impactos Ambientais pela Universidade Plínio Leite - UNIPLI. Especialista em Docência para Educação Profissional - Fatec SENAC Rio. Bacharel em Administração pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. E-mail: marcelo.orientador@uol.com.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9958-8128>

²Doutor em Ciências Biomédicas na Universidade do Porto, U.PORTO, Portugal. Mestre em Terapias Comportamentais e Cognitivas na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, ULHT, Portugal.. Filósofo na Faculdade de Letras Univ. Lisboa, L, Portugal. E-mail: arturmparreira@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6721-292X>

através de uma metodologia de comparação textual assente na análise do conteúdo explícito (BARDIN, 2011), uma amostra significativa de textos do Antigo e do Novo Testamento. Os textos da amostra fundamentam a perspectiva cristã e se relacionam diretamente com o tema da sustentabilidade nas suas dimensões: política, social, econômica, ambiental e cultural. Na segunda parte, exploram-se os seus aspectos mais significativos da sustentabilidade, a partir do ponto de vista da doutrina cristã e, particularmente, do texto bíblico. Com base nesta dupla abordagem, faz-se uma breve análise comparativa dos dois conjuntos de propostas – visão cristã e sustentabilidade – e avalia-se em que medida os princípios e valores cristãos se afirmam como fatores de sustentabilidade, em cada uma de suas dimensões. Conclui-se que as diretrizes essenciais propostas pela visão cristã promovem uma cultura sustentável capaz de corresponder às demandas da complexa política global; e indicam-se algumas alternativas que podem contribuir para encontrar respostas mais efetivas às emergências socioambientais que tanto fragilizam a “nossa casa comum”.

Palavras-chave: Vida Cristã. Princípios Cristãos. Desenvolvimento Humano. Sustentabilidade. Responsabilidade Socioambiental.

Abstract

The article raises the question of the conformity of Christian principles and values to sustainability standards (ODS, 2015; LS, 2015), highlighting the various dimensions of the construct and the most important action criteria. Its propelling axis, first, is the biblical idea that "God created man in his image" (Gn 1,27) - and this information places our species as a reader and, who knows, as an intervener in the entire universe; and then the new commandment - "love yourselves as I have loved you" - as the root of a complete and therefore sustainable quality of life. Starting from these two messages, it was explored, through a textual comparison methodology based on the analysis of the explicit content (BARDIN, 2011), a significant sample of texts from the Old and New Testaments. The sample texts support the Christian perspective and are directly related to the theme of sustainability in its dimensions: political, social, economic, environmental and cultural. In the second part, its most significant aspects of sustainability are explored, from the point of view of Christian doctrine and particularly the biblical text.

Based on this double approach, a brief comparative analysis of the two sets of proposals is made - christian vision and sustainability - and the extent to which Christian principles and values assert themselves as factors of sustainability, in each of their dimensions, is evaluated. It is concluded that the essential guidelines proposed by the Christian vision promote a sustainable culture capable of meeting the demands of complex global politics; and some alternatives are indicated that can contribute to finding more effective responses to socio-environmental emergencies that weaken "our common home".

Keywords: Christian life. Christian Principles. Human development. Sustainability. Social and Environmental Responsibility.

Resumen

El artículo plantea la cuestión de la adecuación de los principios y valores cristianos a los estándares de sostenibilidad (ODS, 2015; LS, 2015), destacando las diversas dimensiones del constructo y los criterios de actuación más importantes. Su eje impulsor, en primer lugar, es la idea bíblica de que "Dios creó al hombre a su imagen" (Gn 1,27) - y esta información sitúa a nuestra especie como lectora y, quién sabe, interviniente en todo el universo; y luego el mandamiento nuevo - "amaos a vosotros mismos como yo os he amado" - como raíz de una calidad de vida completa y, por tanto, sostenible. A partir de estos dos mensajes, se exploró, mediante una metodología de comparación textual basada en el análisis del contenido explícito (BARDIN, 2011), una muestra significativa de textos del Antiguo y Nuevo Testamento. Los textos de muestra apoyan la perspectiva cristiana y están directamente relacionados con el tema de la sostenibilidad en sus dimensiones: política, social, económica, ambiental y cultural. En la segunda parte se exploran sus aspectos más significativos de sostenibilidad, desde el punto de vista de la doctrina cristiana y particularmente del texto bíblico. A partir de este doble enfoque se hace un breve análisis comparativo de los dos conjuntos de propuestas - visión cristiana y sostenibilidad - y se evalúa la medida en que los principios y valores cristianos se afirman como factores de sostenibilidad, en cada una de sus dimensiones. . Se concluye que los lineamientos esenciales que propone la visión cristiana promueven una cultura sustentable capaz de satisfacer las demandas de la compleja política global; y se señalan algunas alternativas que pueden

contribuir a encontrar respuestas más efectivas a las emergencias socioambientales que debilitan “nuestra casa común”.

Palabras clave: vida cristiana. Principios cristianos. Desarrollo humano. Sustentabilidad. Responsabilidad Social y Ambiental.

Introdução

O conceito de sustentabilidade, como hoje se enuncia, não aparece na Bíblia, nem nos escritos cristãos antes do século XX. É algo que se compreende, já que somente na segunda metade desse século o problema foi reconhecido e se tornou objeto de inquietação global, a partir de reflexões no Clube de Roma e, em especial, com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (1972), em Estocolmo. Mas a proposta de uma vida saudável, de elevada qualidade em todas as suas dimensões (e, conseqüentemente, sustentável), é algo que está no cerne da mensagem cristã, desde a sua raiz *veterotestamentária* (WOODS, 2014): uma mensagem curiosamente próxima de uma definição complexa do construto, nas cinco dimensões hoje propostas para a sua inteligibilidade completa.

Justamente um dos pressupostos deste trabalho é o de que a sustentabilidade não fica bem definida apenas por si mesma: a própria Organização das Nações Unidas (ONU, 2015) relaciona sustentabilidade e desenvolvimento; e assume como essencial que a sustentabilidade tem de ser alcançada em cada uma das dimensões, se se quiser construir uma sociedade mais saudável. Essas dimensões já foram implicitamente associadas à sua construção, no Relatório da Comissão Brundtland,

publicado pela *Oxford University Press*, sob o título *Our Common Future* (1987):

- Ambiental, focada na qualidade do território e dos espaços físicos, como base para o desenvolvimento humano (SACHS, 2002);
- Econômica, centrada na gestão eficiente dos recursos ambientais e humanos, de modo a promover a sociedade em sua totalidade (GARCIA, 2016);
- Social, abordando os estilos de vida e as expressões do viver em comunidade, tão relevantes para a construção de sociedades mais humanas (COSTA NETO; ANJOS, 2002).
- Cultural, focada na expressão do pensamento, arte e recreação, e especialmente, na educação como pronto forte da identidade humana (SILVA; SOUZA; CEZAR LEAL, 2012).
- Política, preocupada com o modo de organizar a sociedade e os recursos disponíveis, criando estruturas capazes de responder eficazmente às necessidades dos governados (ACSELRAD, 2003; SILVA; SHIMBO, 2006).

O desenvolvimento sustentável é, assim, articulado num processo civilizatório que combina as várias dimensões da sustentabilidade: (I) governabilidade e estabilidade das instituições; (II) bem-estar social e desenvolvimento humano, com afirmação equilibrada e positiva da identidade cultural; (III) Sustentabilidade econômica, balanço equilibrado entre recursos consumidos e renovados; (IV) integração regional, nacional e internacional, consciência da unidade humana na

diversidade das culturas; (V) Sustentabilidade ambiental, como garantia da manutenção da vida.

É nesta linha de pensamento que se busca um olhar para o tipo de sustentabilidade que se revela na mensagem cristã, mostrando como os textos bíblicos (BÍBLIA, 1995) contêm propostas claramente conducentes a estilos de vida não apenas sustentáveis, mas de uma sustentabilidade humana de elevada qualidade (SIQUEIRA, 2016).

E a memória das palavras bíblicas, transmitida de geração em geração desde a Igreja Primitiva, encontra ainda hoje eco no Sínodo da Amazônia que, em 2019, apresentou o tema "Amazônia: novos caminhos para a Igreja e para uma ecologia integral".

Outro pressuposto deste artigo está diretamente ligado à visão cristã do tema. O Deus cristão é interventivo na História, age no tempo, tem desígnios sobre as coisas humanas e quer que elas obedeçam a princípios que lhes assegurem participação sustentável na qualidade da divindade: “façamos o homem à nossa imagem e semelhança” (Gn 1,26a). A partir desta perspectiva, observa-se que o texto bíblico proporciona orientações em que são abordadas todas as dimensões da sustentabilidade, direta e naturalmente em uma linguagem religiosa.

1. Primeira dimensão: a sustentabilidade demográfica

O livro do Gênesis foca expressamente a sustentabilidade demográfica da espécie humana, a sua continuidade no planeta: “sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e submetei-a; dominai sobre os

peixes do mar, as aves do céu e todos os animais que rastejam sobre a terra...” (Gn 1,28). A mensagem bíblica propõe ao homem que tome conta de toda a vida do planeta e que o faça ao longo dos milênios, pois “mil anos aos olhos de Deus são como o dia de ontem que já passou” (Sl 90,4). Para isso, é fundamental que a espécie humana seja fecunda e se multiplique até aos confins da Terra. Assim, o homem torna-se o povo de Deus, feito à sua imagem e semelhança.

No Antigo Testamento, é o povo judeu quem incorpora a ideia, na sequência da promessa feita a Abraão e da confirmação da aliança com Isaac (cf. Gn 17,4-8,21). Mas, mesmo no âmago desta aliança, nasce uma promessa de universalismo:

porque fizeste isto, porque não me recusaste teu filho único, eu te cumularei de bênçãos e te darei uma posteridade tão numerosa quanto às estrelas do céu e quanto a areia que está na praia do mar... por tua posteridade, serão abençoadas todas as nações da terra...” (Gn 22,16-18).

O Novo Testamento consolida esta abertura: “já não há grego, judeu ou romano, todos são filhos de Deus, todos são chamados povo de Deus” (Gl 3,28).

A ideia de que somos um povo com identidade não é, em si mesma, religiosa; no entanto o traço cultural ínsito na tradição cristã – a ideia de povo com significado no conjunto do universo (e, em termos religiosos, de Deus) é, sem dúvida, uma ideia agregadora das práticas de vida propostas pela visão cristã: “nisto conhecerão que sois meus discípulos”, “se a vossa prática demonstrar os ensinamentos que recebestes,

nomeadamente, o mandamento novo” (cf. Jo 13,34; Tg 1,22-25). João, Tiago e os outros apóstolos acreditavam que o povo de Deus pode construir uma prática de vida de acordo com esta visão: mas, decerto, com dificuldades, hesitações, dúvidas e falhas inevitáveis. As dificuldades e falhas são, para eles, a condição natural do confronto com os desafios culturais colocados pela inserção do povo de crentes num mundo diverso, valorizador de modos de viver que são desafio e tentação: miragens de felicidade a curto prazo, logo ali à mão, sem ter de se preocupar nem com consequências nem com o futuro. “Tudo isto me foi dado e dou-o a quem eu quiser; tudo isto te darei, se me prestares culto” (Lc 4,6-7); “acumulei riquezas, estou seguro, posso folgar e viver à minha vontade” (Lc 12,16-20) estes e outros desafios constituem tentações difíceis de vencer, principalmente devido ao impacto motivacional resultante da sua disseminação na sociedade.

Todavia, apesar destes desafios, o povo de Deus se converte em uma construção possível, desde que mantivesse os dois pilares dessa construção: amarem-se uns aos outros como Cristo os amou; conservar viva a visão de um futuro construído com base no primeiro pilar (cf. Jo 14,15).

Manter e desenvolver a ideia de que a Humanidade é um povo, uma unidade substancial, apesar de toda a diversidade étnica, socioeconômica e cultural, é, sem dúvida, um valor de sustentabilidade: a sustentabilidade demográfica, expressa, com clareza, no texto do Livro do Gênesis (1,28). Mas, esta dimensão da sustentabilidade é atualmente um problema, em muitos países economicamente avançados. A cultura

vigente tem uma forte tendência a pautar o estilo de vida das populações pelos níveis de consumo de bens e serviços - aprisionando-as no curtíssimo prazo, pela sua redução como de meros consumidores, inibindo o seu papel de cidadãos críticos e, mais grave, de pessoas únicas, dotadas de consciência autônoma, construtoras de um destino pessoal com sentido.

Os fatores de risco emergem no tipo de globalização do mundo atual, que não inclui – senão muito subsidiariamente –, a noção de povo com vida e destino próprios e está centrada na competição pela supremacia, e não na construção de uma comunidade humana, diversa, una na sua diversidade. Por isso, essa cultura induz indivíduos a centrarem-se em suas emoções e no seu cotidiano espacial e temporal, perdendo a visão da humanidade como um todo, da História que dá sentido ao presente, e de um presente que procura dar sentido ao futuro. Mesmo o conceito de inovação, hoje extensamente propagado, foca essencialmente no aparecimento de constantes novidades, e não no desenho de um futuro explicitamente integrado e justo para todos.

Essa cultura difunde padrões de comportamento visivelmente associados à redução da taxa de natalidade e, conseqüentemente, à sustentabilidade demográfica:

- o relacionamento entre sexos fica extensamente vinculado ao momento de prazer, não é integrado num desígnio mais alto (gerar descendentes) e num prazo alargado (transformar essa relação numa família, uma realidade mais complexa e duradoura);

- a interrupção da gravidez é promovida como solução única, enquanto via de fuga de problemas pessoais ou sociais criados por gravidezes indesejadas; se não forem propostas soluções alternativas mais conforme com uma visão de sustentabilidade, consolidar-se-á uma atitude social muito pouco sensível à questão da sustentabilidade demográfica;

É claro que a redução da taxa de natalidade para níveis de risco tem diversas causas, não se podendo ignorar, na procura de soluções, as dimensões socioeconômicas e pessoais do problema, que muitas vezes são uma questão de sobrevivência – como é o caso de quem vende seu corpo para o sustento da família, ou o enfrentamento de uma hostilidade familiar e social insensível ao sofrimento que causa. Este artigo não as ignora e, sobretudo, reconhece que é importante encontrar respostas no plano científico e ético:

- No plano científico, coloca-se a questão do momento em que realmente já existe uma pessoa: desde a fecundação? Desde que o corpo e, sobretudo, o cérebro estão completamente estruturados?

- No plano ético, interrogamo-nos: será que podemos interromper o desenvolvimento de um feto por estar numa fase ainda incompleta? Que soluções alternativas à vida se podem oferecer para uma gravidez não desejada?

É preciso pensar nestas múltiplas condições, que muitas das vezes estão dissociadas da vontade ética da mulher, porém associadas à situação de sobrevivência (19,1, 2004).

Contudo, não é este o foco do artigo: o que se pretende é salientar a importância do equilíbrio demográfico para a nossa sustentabilidade

enquanto espécie, chamando a atenção para o efeito redutor que pode advir de uma atitude social, excessivamente comandada por critérios consumistas, hoje, aliás, extensamente questionados. Nesta ótica, a ideia cristã de que somos um povo, com uma ligação substantiva ao conjunto dos seres (e, em termos religiosos, ao Criador do universo), é, sem dúvida, um valor de sustentabilidade humana – a nossa sustentabilidade enquanto espécie. Será que os cristãos são capazes de afirmar essa consciência de si como povo, com um sentido ligado ao universal (e naturalmente a Deus, enquanto crentes)? Será que conseguem dar esse testemunho, mostrar a sua identidade, com uma cultura que os identifica e distingue, e da qual derivam práticas que mostrem aos seus concidadãos caminhos para a sustentabilidade de uma vida humana de elevada qualidade, no plano individual e coletivo?

2. Segunda dimensão: a sustentabilidade social

A dimensão social é outro ponto importante nas propostas da ONU: ela é nuclear nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS, 2015):

- “Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares” (objetivo 1);

- “Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (objetivo 4);

- “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” (objetivo 5);
- “Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação” (objetivo 9);
- “Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis” (objetivo 16).

A dimensão social é, decerto, a mais explicitamente defendida no pensamento cristão, com grande número de referências – tanto no Antigo quanto no Novo Testamentos –, em que a desigualdade social excessiva ou sem fundamento razoável é um dos temas mais extensamente focados e desenvolvidos. Por exemplo, o livro do Êxodo acentua (23,1) que de modo algum é aceitável fazer mal aos pobres e desprotegidos, mesmo que a maioria das pessoas numa sociedade o aprove. Esta atitude em relação aos mais pobres deve ser mantida, mesmo contra a oferta de benesses por quem nos queira induzir a fazer o contrário. A mesma ideia é salientada no Levítico (19,15) e no Eclesiástico (4,1-11;7,32-40), que a associam aos esforços de inclusão das pessoas na comunidade.

Respeitar os direitos dos estrangeiros – que são etnicamente diversos, mas reconhecidamente pessoas –, é acentuado pelo livro do Êxodo (20,12-14;23,9); e inclusive os direitos dos escravos também são reconhecidos (21,1).

Sob outro prisma, no Novo Testamento, a inclusão vai mais longe: mesmo que os aparentemente legítimos cidadãos não o queiram, os

estrangeiros podem ser chamados a participar até em um banquete nupcial, prova máxima de inclusão (cf. Lc 18,18).

Como medida contra a excessiva desigualdade e a marginalização de pessoas – de que a pobreza pode ser simultaneamente indicadora e fator causal – o Êxodo (23,10) manda guardar parte da sua riqueza para ajudar os pobres, e, o Levítico, ensina que uma maneira de o cumprir é “não segar a messe até a fim, deixar margem de segurança, deixar respingos a pensar nos outros” (19,9). São recomendações onde se vê bem a imbricação do econômico no social.

A criação de relações sociais de qualidade é outro fator de sustentabilidade social: “ser sempre justo em todos os negócios” (cf. Ex 25,13); defender a equidade nas relações (cf. Lv 19,15). No Novo Testamento, a inclusão vai mais longe: mesmo que os aparentemente legítimos cidadãos não o queiram, os estrangeiros podem ser chamados a participar até em um banquete nupcial, prova máxima de inclusão (cf. Lc18,18). No Novo Testamento, assiste-se a uma subida de nível ~~nestas~~ nas reflexões sobre a procura da igualdade entre pessoas e povos. Quando Cristo afirma: “dou-vos um mandamento novo” (Jo 13,34-35), as recomendações deixam de ser apenas episódicas e passam a constituir um eixo nuclear para uma nova cultura, um novo estilo de vida que na sua qualidade de condição civilizatória propõe um estilo de vida de nível muito mais alto, cujas características são claramente fatores de sustentabilidade. O mandamento novo é o mandamento do amor universal proposto como base de vida: quem ama não quer mal e não faz mal (Jo13,38-40); o amor cura, gera o perdão e salva (Lc7,36).

O amor é a virtude das virtudes, é ele que dá substância a tudo: sem ele, tudo soa a falso – como nos lembra Paulo, na 1ª carta aos Coríntios (13,1-7): ainda que desse todos os meus bens aos famintos... se não tivesse o amor, de nada me adiantaria”. E por que tudo seria em vão? Porque lhe faltaria o eixo vital que lhe dá verdade: sem os atos estarem vinculados a esse eixo, o seu significado é outro – parecem reais, mas não o são.

É esta visão que o Novo Testamento propõe como pedra angular de uma cultura que amplia e consolida os princípios enunciados na Lei e nos Profetas do Antigo Testamento. E é a partir dela que se tentará encontrar resposta a uma pergunta muito direta: estes princípios e recomendações são apenas orientações piedosas, ou constituem, realmente, uma arquitetura sólida para uma sociedade sustentável? Qual o nível e a qualidade da vida, cuja sustentabilidade, a visão cristã assegura? Será que essa visão é exequível? Ou será apenas um sonho de utopia, esvoaçando para um infinito indefinível e inatingível?

Para tentar desenhar respostas, retomamos uma afirmação do início desta investigação:

ao se definir sustentabilidade como um construto de múltiplas facetas, propõe-se um desenvolvimento sustentável articulado a um processo civilizatório, que combine as várias dimensões da sustentabilidade humana: de governabilidade e segurança; econômica; ambiental; em ordem ao bem-estar social, ao desenvolvimento e à afirmação de identidade cultural (como comunidade, povo, humanidade).

3. Terceira dimensão: a sustentabilidade socioeconômica

O objetivo da Agenda 2030 – ODS da Organização das Nações Unidas (ODS, 2015), pode-se compreender que o Objetivo 1: “Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares” – é mais que um objetivo: é um desejo; mas, caso se aceite que a pobreza, principalmente a pobreza extrema, é uma condição quase insuperável de acesso aos recursos que suportam a vida, terá de se reconhecer que qualquer nível de pobreza que aproxime as pessoas desta condição é uma ameaça maior ou menor à sua sustentabilidade.

Sem dúvida, compreender, controlar e dominar a ocorrência da pobreza implica meios enormes, pois se trata de um fenômeno decididamente complexo, tanto pela variedade de estruturas e processos conducentes à indigência em cada região (complexidade estática), quanto pela mutação constante dessas estruturas e processos (complexidade dinâmica). Lidar com essa complexidade implica: (I) o conhecimento aprofundado das configurações e fatores causais em cada região; (II) decisões políticas para criação de circuitos e vias de acesso a níveis de educação, que sejam protetores da queda de níveis de pobreza extrema; (III) intervenção sistemática, continuada e em tempo naturalmente longo no campo psicossocial, por agentes preparados, com verificação permanente dos níveis de desigualdade, para que não atinjam dimensões que claramente sejam fator de queda naquela posição; (IV) no domínio cultural, assegurar que as pessoas possam construir uma visão

positiva e mais proativa de si próprias e com um nível de assertividade que lhes proporcione relações o mais próximas possível da igualdade.

Esta complexidade do problema coloca em evidência as suas múltiplas raízes: (I) históricas – muitas vezes, as formas de organização da sociedade herdadas do passado dificultam mudanças positivas, até porque mudanças não são fáceis e comuns (NETO et al., 2018); (II) socioeconômicas e culturais – estereótipos e modelos provenientes de outras áreas de pensamento podem estreitar a pesquisa de alternativas, obstaculizando a descoberta de soluções mais eficazes (BUSS; FILHO, 2007); (III) políticas – grupos de interesse podem pressionar a adoção de soluções que se tornem obstáculos à consecução do objetivo proposto pela ONU (ODS, 2015).

Os textos cristãos não oferecem soluções específicas para estes problemas, até porque o cristianismo se situa, essencialmente, no plano dos princípios; mas apontam formas de lidar melhor com os mesmos, porque “a fé sem obras é morta” (Tg 2,14-26), e uma fé viva inclui as práticas conducentes ao enfrentamento e possíveis resoluções dos problemas humanos.

Em primeiro lugar, tomar consciência de que a existência de pobres é uma realidade, com a qual temos de lidar, de uma ou de outra forma: “pobres sempre os tereis convosco” (Mt 26,11) e haver pobres é um fato produzido pela humanidade. Talvez seja até um objetivo inatingível “acabar com a pobreza em toda a parte” (ODS, 2015), mas o problema maior pode ser outro: as sociedades que construímos não lidam com os pobres de maneira positiva, não oferecem respostas à sua condição –

antes, os desprezam e marginalizam, ou mesmo negam a sua existência, a mais extrema das condições de pobreza.

Como agir com os pobres, do ponto de vista cristão? A primeira grande recomendação é respeitar os pobres, tratá-los como pessoas que são, não os amesquinhar nem menosprezar, fazer valer seus direitos e mostrar seus deveres, quando isso estiver em jogo: “não tomarás o partido da maioria para fazeres o mal... para torcer o direito; nem serás parcial com o desvalido no seu processo” (Ex 23,2-3); e “não desviarás do direito do pobre” (Ex 23,6). Deus não faz acepção de pessoas, a todos aceita naquilo que são; o mesmo recomenda o texto bíblico em relação ao pobre; por isso, o profeta Amós impreca:

Ouvi isto, vós que esmagais o indigente e quereis eliminar os pobres da terra, vós que dizeis: quando passará a lua nova para que possamos vender o grão, e o sábado, para que possamos vender o trigo, (...) para comprarmos o fraco com dinheiro e o indigente por um par de sandálias” (8,4-5a.6a).

Não se trata de acabar com os pobres, mas, sim, de os tratar com a equidade e justiça a que têm direito; não se trata de lhes dar uma esmola que os apouca: trata-se de partilha de bens, de reconhecimento do direito à vida para todos. Tiago lembra esta aceitação, esta não discriminação, inscrita no âmago da mensagem cristã:

Meus irmãos, vossa fé em Cristo glorificado não deve admitir acepção de pessoas; assim, pois, se entrarem em vossa assembleia duas pessoas, uma trazendo um anel de ouro e ricamente vestida, e outra um pobre, com suas roupas surradas, e derdes atenção ao que traja ricamente, (...) mas ao pobre disserdes fica longe, (...) não estais a fazer discriminação? (2,1-4)

Esta não é, porém, a única recomendação: a não discriminação e a atitude de equidade propostas pelos textos bíblicos acima têm impacto na gestão da riqueza. O livro do Êxodo (23,10-11a), por exemplo, recomenda a propósito: “Durante seis anos semearás a tua terra e recolherás os seus frutos. No sétimo ano, porém, a deixarás descansar e não a cultivarás, para que os pobres do teu povo achem o que comer, comam os animais do campo e o que restar”.

Podemos olhar estas recomendações além do seu condicionalismo histórico e compreender o que, no fundo, elas significam: o direito de todos a partilhar a riqueza, cada um à sua maneira e segundo as suas possibilidades; e o direito de ser prestada atenção ao pobre e ao indigente e o de respeitar os seus direitos, sem discriminação. O objetivo não é a igualdade, mas a sustentabilidade de uma forma realmente inclusiva e percebida como um direito, conduzindo naturalmente à limitação das desigualdades: a justiça não deve ser diferente para ricos e pobres, estes não podem ser impedidos de satisfazer as suas necessidades vitais (naturalmente definidas em cada época e sociedade); os mais ricos não deveriam acumular sem limite, e esse limite é a sustentabilidade de todos. Se a prática for esta, provavelmente a pobreza extrema será erradicada, dando cumprimento ao objetivo 16 da Agenda 2030 da ONU.

4. A dimensão política: o objetivo de construir sociedades justas, inclusivas e pacíficas

O ODS 16 da Agenda 2030 da ONU visa: “Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis” (ODS, 2015). São nele salientes alguns dos princípios nucleares defendidos no pensamento cristão e já acima parcialmente focados. (i) O acesso à justiça para todos: está evidenciado nos textos do livro do Levítico (19,15) e do livro do Êxodo (23,2-3), onde se defende a equidade, a não opressão do pobre o respeito a seus direitos em qualquer processo. O livro do Êxodo acentua o respeito geral do outro e das coisas que lhe pertencem, mesmo que o outro seja um estrangeiro ou um escravo (Ex 21); e exige que não se preste falso testemunho, mesmo que se seja alvo de suborno. O Deuteronômio (25,13-16) fecha estas recomendações com uma síntese: ser sempre justo em todos os negócios.

Do ponto de vista bíblico, o acesso à justiça não é apenas uma questão de leis: tem sua raiz numa atitude existencial profunda, num valor absoluto: o respeito pelo outro enquanto nosso igual. Não é por acaso que Tiago lembra o mandamento também exarado em Mateus: “ama o teu próximo como a ti mesmo”, a base de toda a igualdade que especialmente respeita a diversidade. Uma outra preocupação da ONU é o ODS 11, que propõe a construção de sociedades inclusivas – sem dúvida, um dos preceitos fundamentais da doutrina cristã, como acima já ficou explícito nas citações de Amós e de Tiago. São ideias promovidas

nos mais variados textos do Antigo e Novo Testamentos – como, por exemplo, a pregação do Eclesiástico a favor da inclusão e contra a desigualdade (Si 4,1-11; 7,36-40), a não exclusão do pobre no Levítico, em Mateus (25,35-40), em Romanos, em Tiago (2,1-9).

O ODS 11 da ONU – o de construir sociedades pacíficas – é, com certeza, de enorme importância, já que, nos tempos atuais, a guerra é uma das maiores ameaças à sustentabilidade humana, pelo poder destrutivo das armas existentes. E a história mostra que, sem uma filosofia de promoção da paz solidamente enraizada nos líderes e nas populações, a eclosão de conflitos globais pode ser disparada por questões menores – não foi por acaso que Freud incluiu o *thanatos*, o instinto de morte, na sua teoria do comportamento humano (FREUD, 1920).

A visão cristã do tema é veiculada nos diversos livros bíblicos, desde o jardim do Gênesis à visão do reino messiânico em Isaías (11,1-9): a paz entre todos os vivos é a condição fundamental do universo. Nesta visão religiosa, foi o pecado que introduziu no mundo humano o conflito sem regras; mas o texto relativo às bem-aventuranças aparece como a síntese e a raiz da paz: “bem-aventurados os promotores da paz, eles herdarão a terra”. O que o cristianismo propõe neste texto é simples: se quiserem construir um mundo feliz, construam a paz: ela é mantenedora da vida. E a receita fundamental para este futuro está na vivência do amor, tal como vem desenhado nos textos bíblicos.

5. O amor como raiz da sustentabilidade

No Antigo Testamento, o amor ao próximo já era fundamental, traduzindo-se numa série de comportamentos-modelo, como os expressos nas referências supracitadas, e essencialmente resultantes da convicção de que as pessoas são finalmente iguais, são realmente irmãs. No Novo Testamento, essa ideia consolida-se e torna-se mais precisa, ganhando a forma de um mandamento novo: “dou-vos um mandamento novo, que vos ameis uns aos outros como eu vos amei... nisto reconhecerão que sois meus discípulos, se tiverdes amor uns pelos outros” (Jo 13,34-35). Nesta frase, podemos ver que o amor se torna o identificador essencial do povo que Jesus fez nascer. Não é uma emoção apenas: é uma seiva para um tipo de sociedade, com um estilo de vida definido por ele: não fomenta guerras, antes semeia o perdão (Mt 18,21-22). Este amor não se limita aos que nos amam, mas ultrapassa as considerações de reciprocidade: é um traço do próprio modo de viver como verdadeiros filhos de Deus – e Deus é perfeito, “que faz cair a chuva sobre justos e injustos, e faz nascer o seu sol igualmente para bons e maus” (Mt 5,45), devemos proceder de modo semelhante: que na sociedade que queremos, a atitude de amor se estenda universalmente e não se confine a mera troca.

A natureza profunda do amor proposto como base sustentável de vida é explicitada em vários textos – como o de Paulo, já citado acima, que o descreve enfaticamente, numa ótica mais interpessoal (mas, de qualquer modo, enquadrada na visão da comunidade): “Ainda que eu

falasse línguas, as dos homens e as dos anjos, se não tivesse o amor, seria como bronze que soa e o címbalo que tine; ainda que conhecesse todos os mistérios e toda a ciência... se não tivesse o amor, nada seria; ainda que desse todos os meus bens aos famintos... se não tivesse o amor, de nada me adiantaria” (1 Cor 13,1-7).

Outros exemplos concretos desse amor são, na vida cotidiana: a história do bom samaritano (Lc 10,30-37) e, num plano mais solene, no quadro do juízo universal, a valorização das obras de misericórdia por Cristo (Mt 25,40): “em verdade vos digo, sempre que o fizestes a um destes pequeninos, a mim o fizestes”. Todos estes escritos traçam um quadro de vida que se entende como expressão e fator de sustentabilidade social plenamente humana: (I) aceitante da diversidade e respeitadora dessa diversidade, consciente de que a diversidade é fator de sustentabilidade; (II) promotora de atitudes e práticas de limitação das desigualdades, porque a desigualdade sem regulação leva a sociedades insustentáveis; (III) amante da justiça e praticante dela para ricos e pobres, sem discriminação, na convicção de que só a justiça sem discriminação garante de sustentabilidade; (IV) assente no respeito pelos direitos dos outros, tratados como iguais e até como irmãos, consciente de que a construção de laços profundos baseados no amor entre todos é a raiz da sustentabilidade humana; (V) consciente de que a sustentabilidade demográfica da espécie humana é nuclear, empenhando-se conscientemente em manter um equilíbrio demográfico inteligente; (VI) cuidadora da natureza e de tudo o que foi criado, porque tudo é bom, e, como tal, deve ser acarinhado e cuidado.

Conclusões

Este é o caminho multifacetado, mas ao mesmo tempo coeso, para uma vida social sustentável que a perspectiva cristã nos aponta, de forma bem integrada e redimensionada, como resposta compatível com as bases orientadoras da sustentabilidade. É um caminho indubitavelmente difícil de percorrer, pois obriga a adaptação à complexidade das mudanças históricas ao longo dos séculos e às inovações aceleradas do tempo presente. Será que esta complexidade permitirá que os cristãos se mantenham como um povo enraizado na mensagem bíblica? Ou isto deixou de ser o indicador de uma visão cristã de vida sustentável?

Esta perspectiva incita os cristãos a mostrar para todos que a mensagem – amarem-se uns aos outros sem reservas – pode ser uma verdadeira contribuição para a sustentabilidade social de uma humanidade mais saudável. E essa construção é possível, quando orientada pelos ensinamentos bíblicos acima destacados: estamos convictos de que sinalizam uma vida melhor, mais justa e mais digna para todos.

Referências

ACSELRAD, H. Sustentabilidade e Desenvolvimento: modelos, processos e relações. **In:** Série Cadernos de Debate Brasil Sustentável e Democrático, n. 4, Rio de Janeiro, 2013.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BÍBLIA. **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulus, 1995.

BRUNDTLAND COMMISSION ONU. **Our common future**. Oxford: Oxford University Press, 1987.

BUSS, P. M.; FILHO, A. P. A Saúde e seus Determinantes Sociais PHYSIS. **Revista Saúde Coletiva**. 17(1): 77-93, Rio de Janeiro, 2007.

COSTA NETO, C.; ANJOS, M. B. **Dimensões Sociais da Sustentabilidade em Assentamentos Rurais no Brasil: um enfoque teórico-metodológico**. In: Carvalho Costa, L. F. e outros (org.). Mundo Rural e Tempo Presente. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2002.

FREUD, S. **Além do princípio do prazer** [1920]. In: Além do princípio do prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos. (1920-1922). Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. 18 ed. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

FRANCISCO. **Carta Encíclica Laudato Si: sobre o cuidado da casa comum**. São Paulo: Paulinas, 2015.

GARCIA, D. S. S. A atividade portuária como garantidora do Princípio da sustentabilidade. **Revista Veredas do Direito**. Belo Horizonte, v.13 - n.25 - p. 133-153 - Janeiro/Abril de 2016.

KOTLER, P. **Marketing Essencial: Conceitos Estratégias e Casos**. 2 ed. São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2004.

NETO, M. V. F. et al. **O processo histórico de construção do Sistema Único de Saúde brasileiro e as novas perspectivas**. Portal Âmbito Jurídico. Disponível em: <http://ambito-juridico.com.br/site/index.php?artigo_id=7781&n_link=revista_artigos_leitura>. Acesso em: 22 abr. 2018.

ODS. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em: 30 out. 2021.

SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SILVA, A., SOUZA, J. G., CEZAR LEAL, A. (2012). A sustentabilidade e suas dimensões como fundamento da qualidade de vida. **Departamento de Geografia da FCT/UNESP**. Presidente Prudente, n. 12, v.1, janeiro a junho de 2012, p. 22-42.

SILVA, S. R. M.; SHIMBO, I. A dimensão política na conceituação da sustentabilidade. **Anais... XI Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído**. p. 3806-3815. Florianópolis, 2006.

SIQUEIRA, J. C. de. **Laudato Si: um presente para o planeta**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016.

WOODS Jr., T. **Como a Igreja Católica Construiu a Civilização Ocidental**. Tradução: Élcio Carillo. São Paulo: Quadrante, 2014.